

**PÁG 2** [Abraceel discute abertura de mercado com a Aneel](#)

**PÁG 5** [Sumário Regulatório](#)

**PÁG 8** [Curtas](#)

**PÁG 11** [Próxima Semana / Calendário Abraceel](#)



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



## Abraceel discute abertura de mercado com a Aneel

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel fez mapeamento das contribuições da TS 10/ Aneel sobre a abertura de mercado;
- Das 52 contribuições examinadas, nenhuma é contrária à abertura do mercado de energia elétrica;
- Júlio, Superintendente da SRM/Aneel, diz que a abertura pode ser feita amanhã, porém o gargalo é a questão dos contratos legados.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia 05.11, a Abraceel se reuniu com a Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado (SRM) da Aneel para apresentar o mapeamento das contribuições da Tomada de Subsídios nº 10/21 da Agência sobre abertura de mercado.

Bernardo Sicsú, da Abraceel, apresentou a análise feita pela Associação sobre todas as contribuições - nenhuma é contrária à abertura de mercado e quase a totalidade defende que a opção de escolha do fornecedor deve ser dada a todos os consumidores.

Além disso, sobre o cronograma, a maioria ponderou que depende de pré-requisitos e deve ser implementado de forma gradual. A maioria dos agentes que detalharam o período de abertura defende que, para a alta tensão, a abertura deve ocorrer em 2024. Já para a baixa tensão, a maioria das contribuições foram na linha de um horizonte de cinco anos.

Sobre o tratamento dos contratos legados, as contribuições se voltaram para o aperfeiçoamento dos mecanismos de desconstrução de forma eficiente (MVE, MCSD e MCS-D-EN) e para um cronograma gradual que acompanhe os legados. Alguns, contudo, trouxeram a proposta de criação de encargo relativo ao lastro dos contratos no ACR para penalizar os consumidores que migrarem.

Em relação à separação fio e energia, a grande maioria não se manifestou sobre o tema, porém aqueles que o fizeram, apoiam a separação. Além disso, 60% acreditam que deve haver a criação do Supridor de Última Instância, especialmente nas questões relacionadas ao atendimento de consumidores vulneráveis, atendidos por políticas públicas e inadimplentes que não puderem ter suspenso o fornecimento.

Sobre o SUI, Bernardo expôs que a visão da CCEE é de que essa figura serviria para atender o caso do consumidor cujo vendedor teve um default, que iria para o SUI até a normalização do atendimento.



Já sobre o faturamento, o mapeamento concluiu que 40% optam pela fatura separada e 27% para a única. Contudo, surgiram outras opções, como única como opção voluntária ou única para baixa tensão e opcional para a alta tensão.

A maioria das contribuições mostra um cenário em que não se criam obstáculos relacionados à medição para a abertura de mercado: ou seja, seria viável com o medidor existente ou a troca no momento da migração.

Sobre a figura do comercializador regulado, a maioria entende que a distribuidora pode exercer esse papel.

O último ponto analisado traz os aperfeiçoamentos sugeridos para a comercialização varejista, em que diversas opções apareceram, como a criação do agregador de medição, regulamentação eficaz para o corte do inadimplente e garantias para agentes com maior risco de insolvência.

De forma geral, a Abraceel percebeu um grande alinhamento das contribuições com o estudo já apresentado pela Associação em parceria com a Thymos no início de 2021.

Júlio César, Superintendente da SRM, considera que a Tomada de Subsídios mostra que a abertura é viável e pode ser feita amanhã, desde que se resolva a questão dos contratos legados. O restante dos pontos mencionados nas contribuições é executável e possuem diversas opções, podendo ser endereçados posteriormente à definição do cronograma de abertura.

Além disso, ressaltou que não cabe à Aneel solucionar o problema dos legados e que irá apresentar estudo ao Ministério de Minas e Energia ressaltando o que os agentes apresentaram na Tomada de Subsídios e destacando esse empecilho para que eles possam elaborar uma solução.

Ao final, a SRM demonstrou estar alinhada com a Abraceel sobre a necessidade e possibilidade da abertura integral do mercado.





## Outros temas

Júlio informou que a regulamentação do corte do varejista inadimplente deve ocorrer no primeiro semestre do ano que vem e que a SRM está trabalhando na conclusão das consultas públicas sobre garantias financeiras no MVE e critérios de entrada, manutenção e saída de agentes. Além disso, estão analisando as propostas da CCEE e Abraceel sobre monitoramento da alavancagem para abertura de consulta pública.

A íntegra da apresentação está no site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.



# Abraceel Explica: SUMÁRIO REGULATÓRIO

## TEMA

## STATUS

## PRÓXIMOS PASSOS

### Abertura de Mercado

1. Abraceel participou de audiência pública para discutir o PL 414 na Comissão de Minas e Energia na Câmara; 2. Abraceel participou de discussão técnica na Comissão Especial do PL 1917/2015, contribuindo com o relatório da matéria; 3. Deputado Fernando Coelho Filho é designado relator do PL 414/21 e Abraceel participa de live com o parlamentar; 4. CCEE finalizou nota técnica sobre abertura do mercado, em cumprimento às diretrizes da PRT MME 465/19; e 5. Abraceel realizou mapeamento das contribuições à TS 10 - Abertura do Mercado à ANEEL.

1. Atuação para ampliação do mercado livre; 2. PL 1917/2015 está com deliberação prevista para o dia 09.11; e 3. Aguardando relatório do PL 414/21.

### Segurança de Mercado

1. Divulgação da proposta Abraceel de monitoramento da alavancagem; 2. Início dos estudos com a Volt Robotics sobre garantias financeiras do MCP; 3. Contribuição à [CP Aneel 46/21](#) - Garantias Financeiras do MVE; 4. Contribuição à [CP Aneel 51/21](#) - critérios de entrada, manutenção e saída de agentes; e 5. Publicado artigo no CanalEnergia sobre Segurança de Mercado, de autoria de Yasmin Martins e Bernardo Sicsu.

Deliberação pela Aneel do resultado das Consultas Públicas 46 e 51 de 2021.

Abertura de consulta pública da Aneel sobre monitoramento da alavancagem.

Continuação dos estudos sobre garantias financeiras.

### Mercado de Capacidade

1. [Contribuição à CP 63/Aneel](#), sobre o Edital do Leilão de Reserva de Capacidade 2021; 2. Atuação na CP 61/Aneel, que trata da regulação da contratação de reserva de capacidade na forma de potência (minuta de contribuição enviada ao GT Abraceel).

Envio de contribuição à CP 61/ANEEL e realização do leilão.





## TEMA

## STATUS

## PRÓXIMOS PASSOS

### Formação de preços

1. PSR está concluindo estudo sobre aprimoramento da formação de preço por modelos; 2. CPAMP aprovou o uso do CVaR (50,35) para 2022, em linha com a sugestão da Abraceel; 3. Aneel aprovou novas regras para apuração de indisponibilidade e inflexibilidade termelétrica, em linha com as sugestões apresentadas pela Abraceel na [CP Aneel 08/20](#); 4. Nova Resolução que altera a CNPE 07 é aprovada preservando a previsibilidade de preços, pleito da Abraceel; 5. Realização de Workshops da CPAMP de apresentação do andamento das atividades do ciclo de trabalho 21/2; e 6. Abraceel envia carta para ONS e Aneel sobre melhorias na divulgação das informações, tendo realizado reunião com o regulador.

1. Finalização do estudo da PSR; 2. Publicação da nova Resolução que irá alterar a CNPE 07; 3. Abertura de discussão pública acerca da revisão da REN 843/19.

### Migração ao ACL

1. CCEE envia carta à Aneel sobre necessidade de aprimoramento no processo de migração ao ACL com sugestões em linha com a proposta Abraceel; 2. Envio de contribuição às [CPs Aneel 18/2021 e 52/2021](#), sobre aprimoramentos do processo de migração de consumidores ao ACL.

Workshop Abraceel/Aneel/CCEE - Migração de 6 meses para 6 semanas no dia 19.11.

### ICMS em São Paulo

1. Reunião com CAT/SEFAZ de SP sobre ICMS em agosto; 2. Em live, Sefaz-SP apresenta explicações sobre Decreto do ICMS alinhadas com o posicionamento da Abraceel; e 3. Envio de carta à SEFAZ com pedido de reunião.

Reunião com a SEFAZ/SP.

### Isonomia ACL/ACR

1. Aneel acata pleito Abraceel e propõe isonomia na TUST entre ACL e ACR; e 2. [Contribuição à CP Aneel 39/21](#) - isonomia na TUSD de usinas do ACL/ACR.

Deliberação pela Diretoria da Aneel a respeito da CP 39/21 e publicação de nova resolução.



**TEMA****STATUS****PRÓXIMOS PASSOS****OUTROS MERCADOS****Gás Natural****Atuação nos estados:**

1. São Paulo: Contribuições à [CP 10/ARSESP](#) - Prorrogação da concessão da Comgás e à [CP 14/ARSESP](#) - Leilões de Suprimento de Gás; 2. Sergipe: contribuição à [CP 03/AGRESE](#) - Mercado livre de gás no estado; 3. Rio Grande do Sul: Contribuição à [CP 05/AGERGS](#) - Mercado livre de gás no estado; e 4. Santa Catarina: [CP 24/ARESC](#) - Mercado livre de gás no estado.

Contribuição à proposta de Agenda Regulatória 2022/2023 da ARSESP.

**Etanol**

1. Diretoria da ANP delibera acerca da conclusão da CP 17/20 e recomenda abertura de consulta pública específica para tratar do comercializador independente de etanol após análise de impacto regulatório pela área técnica.

Reunião com o diretor relator e abertura de consulta pública pela ANP sobre comercializador independente de etanol.

**Derivativos**

1. Divulgação do e-book sobre contabilidade e tributação - Abraceel/BBCE.

Lançamento do E-book Derivativos no mercado de energia: Supervisão e Monitoramento no dia 01.12.

**Mercado de Carbono**

1. Acompanhamento do PL 528/21, que cria um mercado de créditos de carbono, em discussão na Câmara; e 2. Aprovação de requerimento de urgência para apreciação da matéria direto em Plenário;

Aguardar a deliberação do PL 528/21.





## CURTAS

### **Abraceel reforça pedido urgente de reunião com a SEFAZ-SP sobre ICMS**

A Abraceel enviou, nesta semana, nova [carta à SEFAZ-SP](#) reiterando o pedido que vem sendo feito nos últimos meses de uma reunião para discutir o ICMS nas operações do mercado livre de energia elétrica. O documento reforça que faltam menos de 60 dias para que as novas regras entrem em vigor e ainda residem diversas dúvidas no mercado sobre sua operacionalização. Além disso, em live realizada em outubro, a SEFAZ-SP sinalizou a possibilidade de alterações no Decreto 65.823/2021, bem como eventuais ajustes em Portarias CAT para melhor esclarecimento sobre o tema. Vale ressaltar que diariamente a Abraceel entra em contato com a Secretaria, via telefone ou e-mail, para reforçar o pedido de reunião e a necessidade de discussão para o melhor encaminhamento da questão.

### **Encontro de Relacionamento com Correio Braziliense**

No dia 03.11, Alexandre Lopes e Ângela Oliveira, representando a Abraceel, reuniram-se com Vicente Nunes, Diretor Executivo do Correio Braziliense, para discutir a agenda do mercado de energia. Esses encontros fazem parte de ação de mídia da Abraceel para aproximar a agenda da Associação da imprensa.

### **Encerramento definitivo dos contatos da Agência Trianon do Bradesco**

As solicitações de abertura, manutenção e encerramento da conta vinculada para os processos de liquidação do MCP passarão a ser realizadas exclusivamente pelo Departamento de Ações e Custódia (DAC) do Banco Bradesco. Os ramais de contato são 11 3684-8727 e 11 2357-5088 e o e-mail é [dac.mcp@bradesco.com.br](mailto:dac.mcp@bradesco.com.br). O objetivo da mudança é aprimorar o serviço oferecido aos associados da CCEE, em consonância com contribuição da Abraceel enviada à Câmara e à Aneel sobre o aprimoramento da migração ao ACL.

### **Reunião do CMSE**

Em reunião no dia 03.11, o CMSE avaliou as condições de suprimento eletroenergético ao SIN e os impactos das medidas para enfrentamento da crise energética. O ONS apresentou novas projeções para o ano de 2021 indicando o atendimento da carga de energia elétrica sem que seja necessário o uso da reserva operativa no cenário conservador. O CMSE também reconheceu a importância da permanência da flexibilização hidráulica nas usinas Jupia e Porto Primavera com defluências mínimas de 2.300 m<sup>3</sup>/s e 2.900 m<sup>3</sup>/s de abril de 2022 a outubro de 2022, respectivamente. Além disso, o Comitê homologou as aprovações relativas às ofertas de agentes à Portaria MME 22/2021, que trata da Resposta Voluntária da Demanda, com vigência a partir de novembro de 2021 e limitadas a valores inferiores a 1.250 R\$/MWh.

## Aneel rejeita pedido de revisão de regras de constrained-off

Durante a Reunião Pública Ordinária da Aneel ocorrida esta semana, a Agência decidiu por negar [pedido de reconsideração](#) da Engie em face da REN 927/21, que estabeleceu procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de centrais geradoras eólicas. Um dos pedidos negados pela diretoria foi o de reconhecer o constrained-off para usinas com contratos no mercado livre anteriores à REN 927/21, interrompendo assim tratamento não isonômico entre os ambientes de comercialização. Segundo a Aneel, essa questão foi debatida quando da definição da citada Resolução, que passou a regulamentar o constrained-off nos contratos do mercado livre a partir da sua publicação, mas que “não havia qualquer previsão normativa que possibilitasse o reconhecimento de constrained-off no passado”. Assim, a diretoria reforçou que “a possibilidade de ressarcimento do constrained-off para as usinas do ACL passou a ser possível somente após a publicação da Resolução Normativa nº 927, que determinou a alteração nas Regras de Comercialização, tendo efeitos prospectivos”.

## Workshop CPAMP

Será realizado mais um [workshop](#) do GT Metodologia da CPAMP sobre o andamento das atividades do Ciclo de Trabalho 2021/2022. No convite, foi reforçado que agentes e instituições estão convidados a apresentar seus próprios estu-

dos, de forma contribuir nas discussões. O evento ocorrerá no dia 10.11 às 9h.

## Agenda Regulatória Aneel 2022

Um dos tópicos a serem discutidos na próxima Reunião Ordinária Pública da Aneel é a proposta de abertura de Audiência Pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de Agenda Regulatória 2022/2023 da ANEEL. O tema foi objeto da Tomada de Subsídios 13/2021, quando a Abraceel pleiteou prioridade para (i) desmodelagem do consumidor varejista inadimplente, (ii) revisão da Resolução Normativa 843/2019, (iii) monitoramento da alavancagem e (iv) aperfeiçoamento do processo de migração.

## Destaques do Encontro do PLD

Entre os principais pontos do Encontro do PLD, que ocorreu no dia 03.11, estava o fato de que, a partir do PMO de novembro, o modelo SMAP/ONS substituirá o modelo Previvaz para a previsão de vazões das bacias dos rios Paraguai, Paraguaçu, Itabapoana, Mucuri e Doce. Em seguida, foi apresentada análise das condições energéticas do SIN, com apresentação do acompanhamento da geração hidráulica e do fator de ajuste do MRE. Na análise do PLD em relação ao DECOMP, justificou-se a diminuição dos preços devido à elevação da previsão de vazões, ao armazenamento superior ao previsto e à redução da previsão de carga. O PLD pico para a última semana de outubro foi de 167,30 R\$/MWh e o vale de 155,22 R\$/MWh.

## **Reunião com a 2W sobre ações de comunicação**

No dia 04.11, a Abraceel se reuniu com a associada 2W Energia, com o intuito de discutir ações de comunicação para a divulgação ampla do mercado livre de energia. Na ocasião, a Associação mostrou interesse em ações conjuntas com as associadas e os agentes do setor para que a mensagem da importância da abertura do mercado chegue a toda a sociedade brasileira.

## **Relatório de imprensa Abraceel – Outubro**

No mês de outubro a Abraceel obteve 207 inserções na mídia, com equivalente comercial de R\$ 1.002.118,00. Foram produzidos quatro releases, realizados três encontros de relacionamento, duas entrevistas e um artigo. O relatório está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações exclusivas”.

## **Apresentado requerimento de urgência para o PL 528/2021**

Após defesa pública do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), ao PL 528/2021, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), deputados apresentaram requerimento de urgência para o projeto. O PL é de autoria do Deputado Marcelo Ramos (PL/AM) e aguarda parecer da Deputada Carla Zambelli (PSL/SP) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). Para o projeto tramitar em regime de urgência, o requerimento

necessita ser aprovado em Plenário pela maioria absoluta dos deputados presentes.

Em seu discurso, o Presidente Arthur Lira lembrou que o tema é de extrema importância para a COP 26 e que considerando a área preservada com florestas nativas existentes no Brasil, o crédito de carbono vai ser nosso maior ativo perante o mundo.'

## **CNI convida Abraceel para debate sobre portabilidade**

Alexandre Lopes e Ângela Oliveira participaram de reunião técnica com a CNI, no dia 05.11, para discutir tecnicamente os projetos de lei da portabilidade: PL 1917/2015 e PL 414/2021. Há expectativa que o PL 1917 seja deliberado na próxima terça e que o relatório do PL 414 também seja apresentado.

## PRÓXIMA SEMANA

**08.11 – Segunda-feira:** Diretoria Executiva participa de reunião com Rose Santos, conselheira da CCEE, para discutir a proposta de cobrança de encargos sobre o lastro dos contratos legados no contexto de liberalização do mercado às 16h.

**10.11 – Quarta-feira:** Vice-presidência de energia participa de workshop do GT Metodologia da CPAMP às 9h;

- Reginaldo Medeiros participa de reunião do Deinfra/FIESP às 10h;

- Diretoria Executiva participa de reunião com Ricardo Motoyama e Gustavo Gachineiro, Vice-Presidente Institucional do Grupo CPFL, para tratar sobre a agenda de energia no Legislativo, às 15h30.

## CALENDÁRIO ABRACEEL

### Novembro

**25 a 27.11** – Encontro Anual do Mercado Livre;

**02.12** – AGO estatutária e reunião do Conselho da Abraceel. A mudança de data da Assembleia aconteceu para não coincidir com o Encontro Anual do Mercado Livre, que será um evento restrito a patrocinadores e convidados. e convidados. No mesmo dia haverá reunião do conselho).